

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: Direitos Indígenas

Data: 20 de fevereiro de 1987

Pg.: A-7 DINRO 126

# Direitos melhoram na América Latina, afirma relatório

Das Agências Internacionais

O Departamento de Estado apresentou ontem ao Congresso dos Estados Unidos seu relatório anual sobre direitos humanos em 167 países. O documento, elaborado por lei para orientar a política externa do Congresso, especialmente a ajuda econômica e militar, elogia a volta das Filipinas à democracia e "a virada espetacular" da América Latina. Ressalvando a situação dos índios e dos presos comuns, o relatório reconhece os esforços do governo Sarney para redemocratizar o Brasil. Entre as principais denúncias de violações ocorridas em 1986, são citadas Nicarágua e África do Sul. Na União Soviética e Europa Oriental, são apontados "progressos", mas há críticas à ocupação militar do Afeganistão.

Numa introdução ao documento de 1.356 páginas, o subsecretário de Estado para Direitos Humanos, Richard Schifter, correlacionou "a existência de uma forma democrática de governo" ao "respeito pela integridade da pessoa humana" e elogiou a consolidação da democracia em grande parte da América Latina como "o evento mais gratificante para quem se dedica à causa dos direitos humanos".

O relatório aponta como causa das principais violações a permanência de regimes ditatoriais — qualificados de "tristes e absurdos" — em vários países, entre os quais destaca Nica-

rágua e Cuba. O governo sandinista é acusado de manter 10 mil presos políticos, alguns sob tortura, de imobilizar a oposição política e violar os direitos civis, de expressão e associação, para subjugar a sociedade ao controle do Estado. São citadas, de forma inconclusiva, denúncias de violações pelos rebeldes anti-sandinistas "contras", que recebem apoio militar e financeiro dos EUA. Em Cuba, são apontadas as "condições carcerárias desumanas" denunciadas pelos presos políticos libertados em 1986 e o número de presos políticos estimado fica entre 10 mil e 15 mil.

Em El Salvador, cujo governo é apoiado pelos EUA contra a guerrilha de esquerda, o relatório cita "progressos consistentes" na atuação das forças de segurança e diz que não houve registro de mortes atribuídas os esquadrões da morte em 1986. São relativamente leves as críticas ao regime militar chileno, embora sejam citadas denúncias de tortura e "graves restrições" aos direitos civis e liberdades políticas.

### Destaques

Um dos balanços mais severos é o reservado à África do Sul, onde é apontada uma "grave deterioração dos direitos humanos" e um "sério retrocesso" no período considerado, apesar das reformas parciais do sistema de segregação racial. "Apesar das reformas", afirma o documento, "o critério de raça continua sendo a base fundamental para a

organização da sociedade sul-africana. Leis e práticas discriminatórias continuam entranhadas no tecido social". O número de presos sob o estado de emergência, decretado em 12 de junho, é estimado em 20 mil e são citadas "amplas evidências" de que a violência entre negros sul-africanos é instigada por agentes secretos do governo. O Departamento de Estado observa também que a organização guerrilheira Congresso Nacional Africano promoveu em 1986 uma "intensificação da luta armada".

Entre os balanços positivos, o relatório dá destaque à volta das Filipinas à democracia com a queda, em fevereiro, do "regime autoritário" do presidente Ferdinand Marcos, apoiado durante anos pelos EUA. Como evidências principais de que a presidenta Corazón Aquino "tomou medidas concretas e significativas para restaurar a legalidade e o respeito aos direitos humanos", o relatório cita a libertação de mais de 600 presos políticos e o estabelecimento de uma comissão presidencial para examinar a questão dos direitos humanos.

### Progressos relativos

O relatório, redigido antes que as autoridades soviéticas anunciassem, dia 9, a decisão de libertar 150 dissidentes e examinar mais 150 casos, aponta a libertação do físico dissidente Andrei Sakharov e sua mulher, Yelena Bonner, como uma evidência de "um processo positivo". Sakharov, prêmio Nobel da Paz de

1975, foi libertado em dezembro depois de passar sete anos em exílio interno em Górkí (400 km a leste de Moscou). Ao mesmo tempo, a morte dos dissidentes Anatoly Marchenko e Mark Morozov em confinamento "evidenciam a perigosa situação em que se encontram milhares de prisioneiros de consciência". A atuação do governo soviético na questão dos estimados 400 mil judeus que querem emigrar para Israel não foi julgada boa: em 1986, o número de vistos de emigração atingiu seu menor número nos últimos vinte anos, com exceção de 1984.

Na Polônia, são observados progressos, como a anistia de setembro, mas afirma que as autoridades conservam "poderes esmagadores para lidar com a dissidência política e outras formas de oposição". Com relação ao sindicato independente Solidariedade, observa que ele continua proscrito, embora atuando em algumas fábricas.

No que diz respeito a dois importantes aliados norte-americanos com governos autoritários, o relatório cita o fim dos sete anos de lei marcial e "progressos significativos" na democratização e direitos humanos no Paquistão, mas crítica a Coreia do Sul por "persistir na linha dura contra a oposição" e pela prática da tortura e "tratamento cruel" contra prisioneiros. O relatório afirma que as violações em Israel, sobretudo nos territórios ocupados desde 1967, sofreram um declínio em 1986.

## Informe critica a situação dos índios brasileiros

Da "Efe"

A mudança de regimes militares para governos civis no Brasil, Argentina e Uruguai implicou em grandes melhoras na situação dos direitos humanos nesses países, segundo o relatório para 1986 do Departamento norte-americano de Estado. Dos três países, o balanço mais positivo fica com o Uruguai.

No Brasil, o comportamento da polícia e a situação dos índios são os pontos críticos da folha de direitos humanos do governo do presidente José Sarney, segundo o relatório.

O informe critica o fato de que os

duzentos mil índios brasileiros continuam sendo considerados cidadãos "semicapazes", submetidos à tutela do Estado e a crescentes pressões dos setores agrícola e de mineração pela posse de suas terras. O documento aponta numerosas denúncias de tortura e assassinatos de presos comuns e os "choques entre proprietários rurais e camponeses sem terra", que resultaram em duzentas mortes em 1986. Segundo o informe, "as autoridades condenaram a violência, mas as medidas tomadas para controlar a situação não surtiram efeito". O Departamento de Estado reconhece os esforços do governo Sarney para

redemocratizar o país e as dificuldades financeiras decorrentes da dívida externa. Com relação à liberdade de expressão, é citada a censura aos filmes "Je Vous Salue Marie" e "Cobra".

O Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty, que cuida da questão dos direitos humanos, afirmou "não ter tomado conhecimento" do relatório sobre os direitos humanos do Departamento de Estado dos EUA.

O relatório faz muitos elogios ao Uruguai, com a ressalva de que "ainda não terminou o debate público sobre a linha a ser adotada para

militares e políticos acusados de violações cometidas antes e durante o regime militar".

Na Argentina, é enfatizada a tensão entre autoridades civis e militares em torno da lei do "Ponto Final", que estabelece um prazo para os processos judiciais contra os responsáveis por violações cometidas durante o regime militar. O relatório cita ainda denúncias de maus-tratos a presos comuns e crítica a concentração de emissoras de TV e jornais em mãos do governo, mas conclui que "continua se consolidando uma dramática melhora na situação dos direitos humanos".